

Os lojistas, donos de restaurantes e usuários do comércio local sul e norte, certamente também são contrários à lei, porque vão ter o seu movimento atingido pelas dificuldades que a falta do estacionamento fácil no interior das superquadras, vai trazer.

Então, a quem interessa esta lei que tem pouca ou nenhuma possibilidade de ser aplicada nas superquadras já construídas? Os moradores na sua maioria não querem ou não podem assumir tarefas do governo que vão pesar nos seus orçamentos, algumas vezes tão comprometidos. Para dar um exemplo simples, no prédio de classe média onde moro, na Asa Sul, acompanho pelas comunicações vindas do síndico, as dificuldades que as vezes surgem no tocante ao recebimento das taxas extras e parcelas mensais obrigatórias do condomínio.

Será que por causa da lei e somente por causa dela, todos os moradores das superquadras do Plano Piloto, sem exceção, vão poder suportar as novas despesas condominiais? Acho que não, mas de qualquer maneira vamos imaginar o absurdo: A lei do deputado foi implantada pelo número de votos necessários numa superquadra qualquer: O que vai ser feito dos que foram contra? Vão ser postos fora? Processados por não pagarem a conta que não querem ou não podem assumir? Ou será este o contraponto que o deputado quer estabelecer tendo em vista os problemas dos moradores da Estrutural?

Não. Acho que os deputados que derrubaram o veto do governador petista, do qual sou adversário político, mas solidário nesta causa, estão a serviço de outros patrões. Patrões capazes de fazer com que eles nas vésperas das eleições enfrentam a posição contrária da maioria dos moradores do Plano Piloto. Patrões que fingem que acreditam nesta lei, mas que querem mesmo as superquadras ainda "virgens" sem construções, como existem algumas na Asa Norte, para formarem, aí sim, os tradicionais condomínios segregadores, caros e indesejáveis.

Quem sabe é esse o "pulo do gato". Gato grande, porque a operação exige dinheiro grande e tem montagem complicada. As superquadras "virgens" ou quase "virgens" que também podem servir, são poucas e na maioria das vezes de propriedade de órgãos públicos federais e da Universidade de Brasília, que com toda a certeza estão prontos e desejosos de participar de operação imobiliária de grande porte, nesses tempos de globalização, grandes parcerias, neoliberalismo e sobretudo do vale tudo.

Por estas razões é que devemos estar atentos e fincar o pé na defesa dos princípios democráticos estabelecidos pelo projeto do Plano Piloto de Brasília. Não vamos entrar na conversa da segurança garantida nem na bobagem da venda do lixo reciclado que vai transformar as superquadras em empresas ocultas e defender os princípios da moralidade, com as leis e o código penal, se for o caso.

■ Carlos Magalhães é arquiteto

Brasília
DF - Anbani

Jornal de Brasília

TRIBUNA DA CIDADE

15 OUT 1999



O pulo do gato

CARLOS MAGALHÃES

O comportamento dos deputados distritais que derrubaram o veto do governador à lei que cria a possibilidade de transformar as Superquadras do Plano Piloto em condomínios privados, com entrada controlada, policiamento próprio, coleta e comercialização do lixo reciclado, é de certa forma intrigante. Eles sabem, através de acontecimentos recentes, que a segurança privada não é suficiente para conter a violência urbana dos nossos dias, e que a coleta e comercialização do lixo, feita diretamente pelos administradores das Superquadras, não vai gerar nenhum lucro mas apenas aumentar a atividade dos carroceiros que circulam perigosamente pela cidade, livres dos pardais do governador.

Felizmente, pelos debates transmitidos pela televisão, pelas entrevistas publicadas nos jornais ou levadas ao ar pelas estações de rádio, pelas palavras dos líderes comunitários, dos prefeitos de quadras e moradores diretamente interessados na questão, fiquei com a clara impressão de que a maioria absoluta é contra a posição dos deputados. Alguns, como eu, invocam as razões fincadas na legislação federal do Tombamento e na Comissão Federal que veda qualquer tentativa para que se estabeleça constrangimentos ao ir e vir do cidadão, como lembrar que os tempos de ditadura já vão longe, apesar das saudades dos maus brasileiros.

Quanto aos demais moradores do Distrito Federal, e aí eu incluo os do Lago Norte e Sul, das resistências econômicas espalhadas pelo Plano Piloto, setor militar urbano, cidades satélites e os loteamentos irregulares, aparentemente não têm razões para apoiar ou defender a lei dos deputados inconseqüentes. Tenho certeza que eles olham o Plano Piloto como um modelo, e não como um inimigo a quem devem destruir.

■ A coluna Tribuna da Cidade sai às segundas, quartas e sextas-feiras e está aberta a todos os segmentos da sociedade.